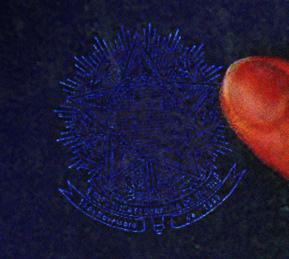


16 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL № 24



Governo Lula quer usar dinheiro FEDERATIVA DO BRASIL NO DO TRABALHO E EMPREGO do trabalhador para financiar empréstimos de "amigos" via BNDES





CARTEIRA DE TRABALHO

Resolução do PT acusa Israel de 'genocídio' e ignora terrorismo do Hamas

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



PRIORIDADES DA SEMANA

- 1 POLÍTICA
- 2 TRABALHISTA
- 3 POLÍTICA INTERNACIONAL



O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO





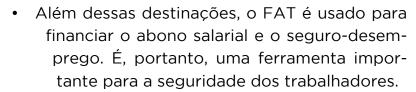
Governo Lula quer usar dinheiro do trabalhador para financiar empréstimos de "amigos" via BNDES

- Com a Reforma da Previdência aprovada em 2019, parte dos recursos do PIS/ PASEP vinculados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram direcionados para o financiamento da Previdência.
- Para isso, os recursos do FAT destinados ao BNDES foram reduzidos de 40% para 28%. Como consequência dessa medida, associada à substituição da taxa de juros de TJLP para TLP nos empréstimos, o banco precisou reduzir os subsídios e melhorar sua carteira de empréstimos.
- No geral, os empréstimos subsidiados acabam sendo financiados com maior dívida pública ou mais impostos, já que a diferença do subsídio para a taxa de mercado deve ser bancada pelo governo - que já tem as contas apertadas.









- Para o governo, essa medida trouxe maior flexibilidade no orçamento, permitindo uma melhor distribuição das receitas tributárias.
- Contudo, o ministro do Trabalho, <u>Luiz Marinho</u>, e o presidente do BNDES, <u>Aloizio Mercadante</u>, defenderam que os recursos fossem, novamente, destinados para o banco. **Isso significa a volta dos**

juros subsidiados do BNDES, uma prá-

tica que remete aos desastres da

política econômica do governo Dilma.

- A situação é agravada pela vontade de que os recursos redistribuídos desde a reforma da previdência sejam restituídos ao FAT.
- Isso traria uma penalidade dupla para as finanças públicas. O governo teria de restituir quase R\$ 80 bilhões ao FAT e conseguir uma outra fonte de recursos para bancar a previdência.
- Lembra-se que só em 2023, espera-se que o fundo destine R\$ 23,7 bilhões para a previdência. O governo enviaria esse volume de recursos para garantir financiamento barato via BNDES em um cenário em que já se desacredita a meta do novo arcabouço fiscal.
- Para piorar o cenário, o ministro do trabalho <u>defendeu que essa possibilidade</u> fosse incluída na reforma tributária, já que o tema deve ser tratado por PEC.
- Isso seria uma verdadeira bagunça no tema tributário, que já está repleto de controvérsias.
- Tudo isso, para garantir a retomada de uma estratégia de desenvolvimento que já se mostrou ineficaz para o país - a retomada da política econômica do período Dilma.







Jornalista que atacou a Lava Jato é "premiado" com remuneração de R\$ 36 mil por mês na EBC

Em mais uma "decisão de gabinete", o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Hélio Doyle, contratou sem licitação o jornalista Leandro Demori para apresentar um programa de entrevistas na EBC. "Dando a Real com Demori" é o nome do talk show que estreou em setembro deste ano na TV Brasil.

Com a justificativa de entrevistar "figuras emblemáticas da República para uma conversa aberta e informativa", como definido pelo próprio apresentador em entrevista, foram entrevistados até o momento três parlamentares da base do governo, as deputadas federais Érika Hilton (PSOL/SP), Camila Jara (PT/MS) e Jandira Feghali (PC do B/RJ). O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes também foi entrevistado por Demori.

O que causa espécie são os valores pagos ao jornalista, conhecido por ter participado da "Vaza Jato", quando foram publicadas conversas privadas realizadas entre os integrantes da Operação Lava Jato, considerada a maior investigação contra a corrupção no Brasil. Demori, à época, trabalhava no site *The Intercept Brasil*.

Segundo o site da própria EBC, o contrato pago à Demori é de R\$ 441.584,00, com vigência de doze meses. Sendo um programa por semana e com duração de apenas meia hora, Demori está recebendo R\$ 9.200,00 por entrevista (custos de produção e de logística ficam fora desses valores).

De acordo com informações públicas sobre a contratação da empresa de Demori, foi estabelecida uma inexigibilidade da licitação com base no art. 30 da Lei n. 13.303/2016, a Lei das Estatais. Todavia, conforme pode ser observado na transcrição abaixo, não há no dispositivo previsão que contemple o serviço prestado pela empresa de Demori à EBC, o que nos alerta para um possível favorecimento indevido.





"Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

- I aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;
- II contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico".

Também em setembro deste ano, a EBC foi alvo de críticas dos próprios funcionários da estatal, que assinaram uma nota em desagravo às recentes decisões tomadas pelo presidente Lula e também pelo presidente da EBC. O grupo intitulado de "Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública", que representa também entidades ligadas à comunicação e jornalistas, afirma que a EBC está desfalcada em recursos, estrutura e pessoas. Como Lula e Doyle conseguiram explicar, então, aos servidores da estatal a contratação de Demori por inexigibilidade?







Ministro de Lula considera legítimo sindicatos usarem dinheiro do trabalhador para financiar movimentos de esquerda

A contribuição assistencial foi um dos temas centrais debatidos em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizada no último dia 09. Além do tema, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, abordou pontos das áreas econômica, do trabalho e previdência, e outras ações da Pasta sob o seu comando.

Marinho insistiu na antiga lógica de que os sindicatos são vetores de soluções de problemas, ressaltando que a contribuição assistencial influencia nas finanças dos sindicatos, e ainda defendeu que essas organizações financiam movimentos sociais de esquerda.



"A marcha das margaridas, 100 mil mulheres na esplanada debatendo os direitos das mulheres, às políticas públicas, contra a violência, contra o preconceito (...). Quanto custou? Quem paga? Os Sindicatos! É para isso que precisa de finanças", disse o ministro.

Além de realizar críticas à terceirização trabalhista, criadora de milhares de empregos, também criticou o saque-aniversário do FGTS e disse que pretende enviar ao Congresso um projeto de lei que altere a sistemática do saque aniversário, com a intenção de que o Legislativo acabe com este benefício. Neste viés, o trabalhador perderia a oportunidade de sacar valores neste período e utilizar seu Fundo de Garantia como bem entender, sendo como emergência ou mesmo investimento, tendo em vista que a correção pela Taxa Referencial atual é menor que a da poupança.

O Ministro mostrou indiferença quanto a possível saída da empresa Uber do Brasil, o que acarretaria grande impacto na economia brasileira, declarando:

"Se alguém
quiser sair, será
ocupado espaço por
outras empresas, pela
concorrência, não tem espaço
vazio que vá ficar eternamente
vazio. Se alguém resolve sair,
outro ocupa, simples assim.
Isso vale para Uber, vale
para Ifood, vale para
qualquer um."







Resolução do PT acusa Israel de 'genocídio' e ignora terrorismo do Hamas

Partido de Lula equipara ações de defesa do governo israelense a ataques do grupo extremista

Em um posicionamento desastroso, que ridiculariza o Brasil diante da comunidade internacional, o Diretório Nacional do PT aprovou resolução em que acusa o governo de Israel de cometer "um genocídio" contra o povo palestino por reagir aos ataques do Hamas. O texto omite o nome do grupo armado e suas ações terroristas em território israelense, que chocaram o mundo.

A posição oficial do partido do presidente Lula foi divulgada nesta segunda-feira (16), quase dez dias depois do início das investidas do Hamas em Israel. A escala-





da de terror no país já causou mais de 4.000 mortes, incluindo crianças e idosos. Num contorcionismo retórico sem precedentes, a resolução do PT sobre o terrorismo do Hamas fala sobre tudo, menos sobre o terrorismo do Hamas.

Embora se diga preocupado com "os riscos de uma escalada do conflito" e que "o mundo precisa de paz", o partido estimula o revanchismo.

Sem dedicar uma linha sequer aos atentados do grupo extremista, o texto acusa Israel de cometer um "genocídio contra a população de Gaza" com um "conjunto de crimes de guerra". Mais: convoca sua militância para atividades "em defesa dos direitos dos palestinos".

O posicionamento não é por acaso e segue postura adotada por Lula e pelo núcleo de seu governo, conforme mostrou a edição 23 do Observatório da Oposição.





A relação entre o presidente e Basim Naim, uma figura de destaque na liderança política do Hamas, suscita sérias controvérsias sobre a postura do petista. O membro da alta cúpula do Hamas chegou a comemorar e oferecer congratulações pelo sucesso de Lula nas eleicões de 2022.

Parlamentares petistas, incluindo atuais ministros de Lula, divulgaram uma nota em 2021, intitulada "Resistência não é terrorismo!", em que são contrários em chamar o Hamas de "organização terrorista". Os ministros das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, foram alguns dos que assinaram o comunicado.

Celso Amorim, ex-chanceler e atual assessor especial de Lula, chegou ao absurdo de classificar a ação dos extremistas como uma reação justificada a supostas discriminações.

A posição de Lula e do PT já gera perplexidade até mesmo entre aliados do governo, como o PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin.

"Não consigo, sinceramente, entender o fato de o nosso governo não classificar o grupo Hamas como grupo terrorista. Que outra atrocidade ele precisaria praticar para receber esse carimbo?", declarou ao jornal O Estado de S. Paulo o presidente da sigla, Carlos Siqueira.

Até quando Lula, o PT e a esquerda fingirão viver em uma realidade paralela?